

História da Avaliação no Ensino de Matemática.

Reginaldo Miguel Archanjo¹

Arlete de Jesus Brito²

Resumo

Este trabalho apresentará em seu corpo uma discussão a respeito da trajetória dos métodos e processos avaliativos no decorrer da história educacional brasileira focando principalmente os anos de 1960 a 1980, tendo por alvo, entrevistas com professores, que nesta época desenvolveram seu trabalho pedagógico e por isso forneceram suas experiências com a avaliação. A parte das entrevistas ainda está em andamento e, por isso, não será apresentada nesse artigo. Tendo em vista que este trabalho é fruto de meu projeto de pesquisa que posteriormente se configurará numa dissertação de mestrado, houve a necessidade de um maior entendimento de como se trabalhou avaliação durante reformas e movimentos que precederam a época objetivada. Para um embasamento teórico buscamos em trabalhos e avaliações da época referenciais que nos possibilitassem a análise sobre o histórico da avaliação, vislumbrando sua função e importância na construção do atual modelo educacional brasileiro, considerando que tal ferramenta por anos foi utilizada apenas em processos seletivos, como no caso dos “exames de admissão” e hoje é considerada de ferramenta pedagógica à indicador para políticas públicas.

Palavras – chave: Avaliação, Exame, Medir, Professor e Prova.

Nossa investigação tem por questionamento: *“Como professores através de suas experiências, concebem o ato de avaliar como prática pedagógica na escola e qual o valor a ela atribuído por eles”*. Sendo assim, nosso principal objetivo é analisar os modos de avaliação feitas por professores, no período que compreende a década de 60 à 80.

Entendemos que avaliar é uma ferramenta que está intrinsecamente ligada ao ser humano. Desde o nascimento, a utilizamos para interagir com o mundo que nos cerca e através dela verificar se ações que tomamos estão surtindo o efeito esperado e com isso poderemos reforçar ou modificar nossas atitudes. Na escola, isso deve ocorrer de forma análoga, pois tanto educando como educador têm na avaliação uma forma de evidenciar o que objetivou e o que foi alcançado no processo ensino/aprendizagem, adquirindo através dela, informações que são importantes no fazer pedagógico.

¹ Mestrando do Departamento de Educação do Instituto de Biociências – UNESP - Rio Claro. Linha de Pesquisa: Práticas Educacionais: aspectos históricos e epistemológicos

E-mail: cadafire@ig.com.br

² Prof. Dra. Arlete de Jesus Brito, Livre Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Instituto de Biociências/UNESP. Rio Claro/SP.

E-mail: arlete@rc.unesp.br

O trabalho com avaliação não é fácil. Por meio dela é possível verificar uma riqueza de informações que poderão levar aluno e professor a repensar suas práticas. Toda uma gama de dados provindo da avaliação, muitas vezes, é pouco aproveitada e ela é utilizada apenas como ferramenta classificatória em que os dados servem para quantificar. Além disso, em várias situações, os alunos são punidos por seus “erros”, com notas vermelhas, e por vezes são taxados como inferiores por estarem em desacordo com que o avaliador tem como padrão em comparação com aqueles que têm uma nota maior, essa atitude tem uma perigosa conseqüência que é citada em D’Ambrosio (1996):

Seria desnecessário dizer o quanto os modelos classificatórios de avaliação podem abrir espaço para corrupção. Corrupção no sentido usual, pois o que está envolvido em um bom resultado é um credenciamento que muitas vezes se transforma em bens materiais. E corrupção num sentido mais amplo e ainda mais grave, pois esses modelos levam os avaliados a se adaptar ao que é desejado pelos avaliadores. (D’AMBROSIO, 1996, p.63)

Em meu trabalho docente, quando o tema avaliação era levantado em nossas reuniões pedagógicas, ficava no ar um desconforto de minha parte e de meus companheiros, pois, para nós o assunto era sempre acompanhado de cobrança, as quais eram quase sempre sobre índices como o IDEB e o IDESP que são, em nossa maneira de ver, formas de classificar as escolas e, muitas vezes, excluir determinados grupos por rotular-los de “ruins” pelos baixos resultados nas avaliações externas, tais como a Prova Brasil e o Saresp, respectivamente. Nós, professores, só conseguimos ver tais avaliações como uma meta que deve ser atingida para atender aos anseios de políticas públicas que aparentemente buscam mais índices elevados sem saber se estes refletem quais os problemas da escola pública.

Esta relação entre avaliações, políticas públicas e mudanças sociais é histórica, pois:

Historicamente, podemos compreender que as relações, professor/aluno/conhecimento que permeiam as escolas, modificam-se de acordo com o desenvolvimento econômico da sociedade. E, dessa forma, priorizam-se nas relações intra-escolares as características que atendessem às necessidades da sociedade em diferentes períodos. (BERTAGNA, 1997, p. 9)

No Brasil, com o decorrer dos anos, várias reformas e movimentos educacionais com o intuito de melhorias foram sendo criados, mas sempre com fortes influências de tendências européias consideradas modernas. Dentre tais Reformas podemos citar a Reforma Benjamin Constant, ocorrida em 1890, a qual tem por característica a ruptura com a tradição clássico-humanística e idéias positivistas de Comte. A segunda ficou conhecida como Reforma Campos, ocorrida em 1932, tendo, no ensino da matemática, a quebra com os modelos excessivamente lógicos e sistemáticos. Tais mudanças foram influenciadas, segundo Roxo* (2002), por matemáticos como Felix Klein, Henri Poincaré e Jules Tannery que declaravam o descontentamento com o método excessivamente formal e rigoroso do ensino de matemática da época.

Na reforma da educação de 1942, no governo de Getúlio Vargas, o Ministro da Educação Gustavo Capanema expressou sua opção por uma educação propedêutica que tinha por dever promover o patriotismo alicerçado nos pilares estado\igreja\exército em que a escola teria por objetivo preparar uma elite intelectual para servir como modelo a ser seguido pelo resto do país. Tal reforma foi descrita no texto de Nielsen (2004), e reflete de maneira evidente a relação já complexa entre escola e sociedade, que ao meu modo de ver põe, por um lado, muitas vezes, sobre os ombros da escola a responsabilidade de formar indivíduos que sejam preparados a interagir com este mundo em constante mudança, mas, por outro, não gera, ou pelo menos não a contento, condições para que a instituição escolar possa desempenhar seu papel de forma mais eficaz referente às necessidades e anseios desta sociedade capitalista que cobra resultados imediatos. Na legislação que validava esta reforma foi explicitado nos Artigos 29 e 30 os critérios para um pretendente adentrar a um dos cursos oferecidos na época que eram: cursos industriais, mestria, técnicos e cursos pedagógicos, mas no Artigo 30 é informado a necessidade de se aplicar exames vestibulares com o intuito de selecionar os “melhores candidatos” que pleiteavam uma das vagas oferecidas. Nesse caso como em outros no decorrer da história, a avaliação foi tida como uma ferramenta excludente, por ter limitando o acesso ao ensino para indivíduos que não possuíam, no modo de ver do avaliador, o nível de conhecimento necessário.

Vemos que a avaliação vem sendo utilizada como ferramenta indispensável no processo pedagógico e traz à tona o que as instituições de ensino, ou numa visão mais

*O referido texto é uma transcrição integral à bibliografia indicada, do Capítulo III do Livro “Um grande problema nacional”, Rio de Janeiro: Irmãos Pongentti Editores, s/d, p. 53-85, contemplando as normas ortográficas vigentes em 2002.

profunda, o que a sociedade espera de seus estudantes e como os mesmos estão respondendo a este chamado.

Porém, o ato de avaliar não foi uma criação do sistema capitalista, pois segundo Sobierajski (1992, p.13), oficiais chineses realizavam exames para o ingresso no serviço civil, isto já a 2000a.C., mas segundo Bertagna (1997, p.2) “os estudos sistemáticos sobre avaliação educacional iniciaram-se próximo à metade do século XIX, nos Estados Unidos, quando se institucionalizaram provas escritas para verificar a qualidade de ensino nas escolas.”

Segundo Oliveira (2007), entre os anos 30 a 70 o que predominou no país foi a avaliação com caráter apenas de mensuração, o que se verifica também no trabalho de Valente (2001), no qual se evidencia, através dos documentos por ele encontrados e posteriormente expostos, avaliações da época. Essas avaliações de exames de admissão, recolhidas por Valente (2001), eram elaboradas e a correção feita e registrada denotava uma vontade, por parte do avaliador, apenas de mensurar o número de acertos e poder classificar o aluno, ou excluir-lo se não atingisse os índices esperados.

No entanto, para Gatti (2002), esta seletividade da avaliação educacional só foi discutida quando, na década de 60, houve valorização de perspectivas mais tecnicista em educação. Naquela época, um número significativo de alunos tentaram entrar para o ensino superior, mas encontraram uma barreira nos exames vestibulares, sendo que já enfrentavam enormes dificuldades como ter acesso à escola e permanecer nela até terminar o ensino médio, coisa que ainda hoje é restrita a poucos.

Segundo Gatti (2002), nos anos 60 e início dos anos 70, não se discutia a reprovação escolar em massa que ocorria no ensino fundamental, como também a evasão que tinha foros dramáticos, período em que, segundo Lima e Silva (2005), ocorre no Brasil o Movimento da Matemática Moderna (MMM).

Dando um salto histórico, vamos observar a Progressão Continuada, movimento estabelecido por lei em São Paulo em 1996. Lacerda(2005) baseando-se nas leis vigentes, como a *LDB* e a *DELIBERAÇÃO CEE Nº 09/97* e documentos orientadores como *PCN*, observou que tal promoção daria um novo enfoque para a avaliação, pois, a coloca como mecanismo subsidiário, regulador e preparador do processo ensino aprendizagem, no qual vemos, de fato, a Avaliação em sua *Função Diagnóstica* e não como instrumento classificatório, da medida de condição do aluno para dividi-los em aprovados e reprovados

Por outro lado, avaliações como *Saeb*, *Saresp* e *Prova Brasil*, que são vistos como indicadores da situação educacional brasileira, têm sua verdadeira função em gerar índices que justifiquem políticas públicas. Essas Avaliações colocam o aluno como um dado estatístico, dado que deve ser superado, não se importando os entraves sociais que ocorrem no meio do processo de ensino e aprendizagem.

Para Sobierajski (1992), esta seletividade no processo avaliativo é uma questão não examinada em toda a sua extensão, pois ainda hoje quando se fala em avaliação se pensa em testes e provas, buscando basicamente quantificar o que o aluno aprendeu. Contudo, fica evidente a necessidade da discussão sobre avaliação e qual o significado dos resultados da avaliação para o professor e para o aluno, pois segundo Bertagna:

Se pretende-se uma outra compreensão da avaliação, ou melhor, se pretendemos que ela exerça o seu papel no processo de aprendizagem, como um meio e não um fim em si mesma, primeiramente teremos que romper com o caráter classificatório e seletivo do sistema escolar da sociedade capitalista, e redimensionar a avaliação no sentido de torná-la um auxiliar no desenvolvimento dos alunos, possibilitando superar as dificuldades, ou seja, não enfatizar o resultado da aprendizagem (produto) em detrimento do processo da aprendizagem. Esses momentos conflituos podem vir a ser espaços para rediscutir e recolocar a questão da avaliação para os alunos.(BERTAGNA, 1997, p. 183)

Metodologia

Realização de uma pesquisa bibliográfica minuciosa sobre as políticas educacionais implementadas em nosso país nos últimos 40 anos, levantando os objetivos com que foram criadas e relacionando-as ao público atingido por elas. Após constituir uma base teórica sobre o tema devemos entrevistar professores que viveram e atuaram como docentes na rede pública de ensino entre a década de 60 à atualidade.

Essas entrevistas serão semi estruturadas, isto é, aquela em que a entrevista é regida por um guia mínimo com perguntas abertas ou fechadas, em que há abertura ao entrevistado em discorrer sobre temas que porventura sejam levantados e apresentem

real importância para o melhor entendimento do tema central, que em nosso caso é avaliação.

As entrevistas têm por base serem centradas no problema, as quais serão gravadas em aparelho de áudio e se possível vídeo, posteriormente, serão transcritas na íntegra e anexadas ao corpo do trabalho.

De posse destas informações realizaremos uma análise qualitativa dos dados obtidos. Tendo por objetivo fazer um estudo de caso, no qual partiremos de situações particulares da experiência com a avaliação, obtidas com as entrevistas, para que em conjunto com a análise documental possamos entender melhor a história da avaliação no sistema educacional brasileiro. Alicerçado nos dizeres destes professores, os quais localizarei no tempo e espaço, poderemos produzir um texto que consiga abranger a temática da história da avaliação tendo como pano de fundo a vida escolar destes professores da rede pública.

Bibliografia

BERTAGNA, Regiane Helena. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: A visão de alunos de 4ª e 5ª séries do 1º grau.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Brasília: Ministério da Educação, 1999.p 6-24**

CORREIA, Carlos Eduardo Félix. **Aprender com os erros.** Educ@ção: Artigos, UNIPINHAL, Espírito Santo do Pinhal, 2005.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: Da teoria à prática.** 1ª Edição. Campinas, SP: Editora Papirus,1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade.** 6ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

GATTI, Bernadete A. **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: Pontuando uma história de ações.** V.4 nº 001. São Paulo,pp.17 a 41. Centro Universitário Nove de Julho. (Eccos revista científica)

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado de (org.). **AVALIAÇÕES DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS: Vicissitudes, controvérsias, desafios.** Campinas, SP: EPU, 1982

HAYDT, Regina Cazaux. **AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.** São Paulo: Editora Ática. 1988.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 14ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LACERDA, Sandra Sueli de Castro. **NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO UMA PIMENTA CHAMADA “PROGRESSÃO CONTINUADA”, DAS LEIS AO COTIDIANO ESCOLAR PROGRESSÃO CONTINUADA: Afinal, de onde vem esta história?** Faculdades Integradas FAFIBE

LIMA, Flainer Rosa; SILVA, Viviane da. 1º **SEMINÁRIO PAULISTA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.** São Paulo, SP. 2005

MIORIM, Maria Ângela. **INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1998.

NIELSEN, Diógenes Jr. **TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: Reforma Capanema (1942).** Campinas, SP. UNICAMP, 2004. Dissertação de Mestrado.

ROXO, Euclides. **Revista Historia & Educação Matemática.** V.2–nº2 – Jun./Dez. de 2001 e Jan./Dez. de 2001. Rio Claro, SP. Revista da Sociedade Brasileira de História da Matemática (Semestral).

SAVATER, Fernando. **O valor de Educar.** 1ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

SOBIERAJSKI, Maria Stella. **Explorando a prática da avaliação em uma 5ª série do 1º grau.** Campinas, SP: UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. O DIÁLOGO ENTRE AVALIAÇÃO SOMATIVA E FORMATIVA.** Vol.5, Nº2e. REICE. 2007. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **OS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO: ARQUIVOS DA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO PAULO 1931 A 1969.** 1ª edição. São Paulo. 2001. CD.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem; visão geral.** Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo, publicado no caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo, 2005

<<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem; visão geral.** Entrevista à revista nova escola sobre avaliação da aprendizagem, 2001.

<<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das representações sociais.**

<<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009